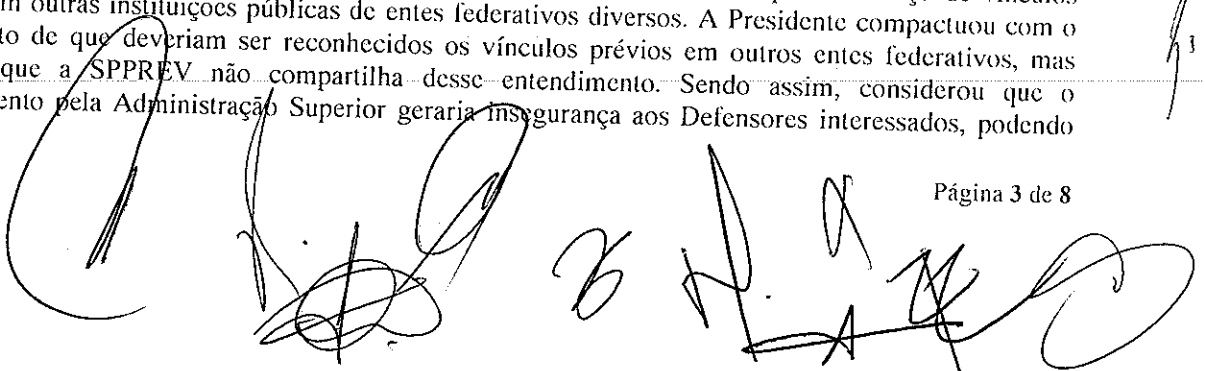


ATA DA 330ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos sete dias do mês de junho do ano dois mil e treze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Davi Eduardo Depiné Filho, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Luciano Alencar Negrão Caserta, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, Representando a Corregedoria Geral o Defensor Público Assistente Aluisio Iunes Monte Ruggeri Re e Representando a Apadep, Rafael Moraes Português de Souza. A Presidente iniciou a sessão às 09h40min com a solenidade de posse do Defensor Público Marcelo Bonilha Campos. A Presidente deu boas vindas e desejou sucesso ao empossado, passando a palavra aos conselheiros. O Conselheiro Davi Depiné cumprimentou o empossado reiterando os votos de boas vindas. O Representante da Apadep, Rafael Português se colocou a disposição e reiterou os cumprimentos. A Presidente deu continuidade à sessão encaminhando para aprovação as atas da 326ª e 327ª Ordinária, e aprovou-se por unanimidade. Comunicou que, na última segunda-feira, participou de audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal em Brasília sobre a progressão de regime prisional. Apresentou dados da Secretaria de Administração Penitenciária que apontaram um total de quase duzentos mil encarcerados em São Paulo, e seis mil condenados que permanecem no regime fechado aguardando vaga para o regime semiaberto. Destacou que para fazer valer a jurisprudência da Suprema Corte, ela apontou que a Defensoria Pública de São Paulo tem impetrado centenas de habeas corpus junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo e Tribunais Superiores, representando um dispêndio de recursos públicos e de trabalho. Neste sentido, informou que houve a solicitação para que a Suprema Corte se manifestasse, definitivamente, por meio de súmula vinculante, a fim de que os tribunais sigam a orientação de uma jurisprudência pacificada. Por fim, considerou a audiência profícua e com um nível de debate elevado, relatando que a audiência contou com a participação de representantes de outras Defensorias e outras entidades. Comunicou que, na última terça-feira, recebeu a visita do Prefeito da Cidade de Jundiá, Pedro Bigardi, dos Vereadores Gerson Sartori e Marcio Pentencostes de Sousa, além da Procuradora-Chefe do Município, Ana Lucia Menzem e do Secretário de Negócios Jurídicos local, Edson Aparecido da Rocha. Informou que, participou da reunião a Terceira Subdefensora Pública Geral, e relatou que durante o encontro foi apresentado o pleito de ampliação do serviço da Defensoria na cidade, no qual foi reconhecido e elogiado. Comunicou também, que na última quinta-feira, recebeu a visita do Presidente do Conselho Estadual de Transparência da Administração Pública, Edson Luiz Vismona. Considerou o encontro produtivo, no qual foram abordados temas relacionados à transparência pública e a Lei de acesso a informação. Por fim, comunicou que continuam as tratativas com relação aos anteprojetos que tratam dos vencimentos de Defensores e Servidores, apontando que novidades serão informadas caso ocorram. Não havendo mais comunicações da Presidência e pela Secretaria do Conselho Superior, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra à primeira inscrita, Coordenadora do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores, Amanda Pontes. Ela informou que o Núcleo Especializado e a Edepe promoverão um curso "Recursos nos Tribunais, em módulo II e III", nos dias quatorze e vinte e um, cuja relatoria é do Conselheiro José Moacyr. Informou sobre os levantamentos realizados nos Tribunais Superiores para tal evento, bem como as dificuldades enfrentadas. Apontou que foram disponibilizadas 30 vagas presenciais, além de quarenta vagas por videoconferência, e considerou a quantidade de inscritos insuficiente para realizar o curso que contará com diversas autoridades. Assim, indagou a possibilidade de reabertura das inscrições, avaliando uma possível quantidade mínima de dezesseis inscritos. O Conselheiro José Moacyr concordou com a reabertura das inscrições. O Conselheiro Rafael Vernaschi apontou que pode ser reaberta as inscrições, mas conforme previsto em deliberação. A Presidente esclareceu que o curso é para capacitação, mas ponderou que o tema deva ser debatido no momento oportuno do processo. A seguir franqueou a palavra ao próximo inscrito, Dr. Odilon Guedes, Conselheiro do Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral. Ele manifestou a existência de divergência entre

o Conselho Superior e o Conselho Consultivo da Ouvidoria com relação à abertura de edital para indicação de Subouvidores. Avaliou que a nova composição do Conselho Consultivo foi recentemente modificada e ainda não houve tempo hábil para analisar a situação, e solicitou que fosse estabelecido um diálogo a respeito do assunto, a fim de que haja uma relação consensual. Considerou que a Lei Orgânica da Defensoria possui vícios de origem, pois prevê que as Subouvidorias sejam ocupadas por Defensores Públicos, e não por pessoas externas à instituição. A Presidente agradeceu a presença do Dr. Odilon Guedes e franqueou a palavra ao Dr. Renato Sergio de Lima, Conselheiro do Conselho Consultivo da Ouvidoria. Ele manifestou ser relator do processo que trata do tema naquele colegiado, e defendeu que a Defensoria Pública não deve adotar decisões baseadas apenas em burocracias, e avaliou que deve ser estabelecido um diálogo para sanar a questão. Apontou ter recebido um ofício do Conselho Superior instando o Conselho Consultivo em cumprir uma Deliberação e publicar um edital de abertura de vagas para a função de Subouvidor. Avaliou que o Conselho Superior não respondeu aos ofícios que tinham sido enviados sobre o tema pelo Conselho Consultivo. Avaliou também que, embora o Conselho Superior cobra que as Subouvidorias sejam ocupadas, ainda não houve por parte da Defensoria, a indicação de um membro para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE). Por fim, mencionou que o desinteresse dos Defensores Públicos em assumir a função demonstra que o tema merece diálogo e uma solução apropriada, avançando em uma construção de um modelo alternativo e consensual. A Presidente franqueou a palavra aos Conselheiros para manifestações sobre o tema. O Conselheiro Luis Gustavo apontou que a divergência decorre do fato do Conselho Consultivo da Ouvidoria ter descumprido uma normativa vigente na instituição. Discorreu que o modelo atual possui imperfeições, mas ponderou que isso não permite ao Conselho Consultivo em descumprir uma deliberação vigente. Discordou que o Conselho Superior esteja preso em formalidades, e pontuou que o Conselho possui função de zelar pelo cumprimento das deliberações em vigor. Nesse sentido, citou que o Núcleo do Idoso ficou por meses sem Coordenador e o Conselho Superior buscou ferramentas para fomentar a ocupação daquela função, e mostrou que esperava a mesma postura da Ouvidoria. Por fim, proferiu a leitura de proposta assinada por ele e outro conselheiro eleito, protocolada no âmbito do Conselho Superior, a fim de editarem um ato deliberativo regulamentar as Subouvidorias na Capital, tendo a relatoria do Conselheiro Luciano Caserta. O Conselheiro do Conselho Consultivo, Dr. Renato Sergio mencionou o ponto de divergência na interpretação da lei em que a Ouvidoria "poderá indicar o Subouvidor". Avaliou que a proposta lida rompe com o diálogo e torna a Ouvidoria Geral interna e subordinada ao Conselho Superior, e defendeu que a Ouvidoria externa representa a sociedade civil, devendo prevalecer à democracia. O Conselheiro do Conselho Consultivo, Dr. Odilon Guedes manifestou que se sente desrespeitado enquanto membro do Conselho Consultivo da Ouvidoria. Apontou que a proposta desconsidera sua solicitação para que haja tempo hábil para avaliação da situação, e mostrou a importância de dialogarem e estabelecerem um contato de parceria. O Representante da Apadep, Rafael Português manifestou que o cerne da temática é a ausência de comunicação e diálogo. Apontou que a discussão teve início acerca de dois meses, e destacou que a proposta dos Conselheiros eleitos surgiu após a cisão de diálogo por parte da Ouvidoria Geral. Considerou que a divergência está sendo conduzida de maneira antidemocrática, pois a postura a postura do Conselho Consultivo da Ouvidoria foi apenas comunicar que não concordava com a deliberação em vigor e que passaria a descumpri-la. O Conselheiro José Moacyr apontou que foi noticiado ao Conselho Superior que uma deliberação estava sendo descumprida, portanto o órgão teve que tomar providências. Reiterou a fala do Conselheiro Luis Gustavo em que o Conselho Superior é responsável por zelar o cumprimento das normativas da instituição, e mencionou que o Estado é regido pela legalidade. Apontou que a Ouvidoria é externa no sentido de que o Ouvidor-Geral não é membro da instituição, mas frisou que a Ouvidoria deve estar regida pelas normativas. Manifestou a necessidade de estabelecer um diálogo sem interlocutores entre o Conselho Superior e o Conselho Consultivo da Ouvidoria. Dr. Renato Lima informou que o Conselho Consultivo da Ouvidoria irá se reunir no próximo dia dezoito de junho, e sugeriu que um representante do Conselho Superior participe da reunião para que os dois órgãos possam debater o tema. A Presidente ponderou que a Ouvidoria Geral, como órgão da Administração Superior, está subordinada às deliberações do Conselho Superior, e reforçou a necessidade de se encontrar uma solução consensual. O Conselheiro Rafael Vernaschi mostrou a necessidade de estabelecer um diálogo

entre as partes, e apontou que todos os Conselheiros concordam com a necessidade de aperfeiçoar a deliberação vigente, mas destacou a importância de se cumprir a normativa em vigor enquanto não houver eventual alteração. O Conselheiro Rafael Bessa apontou que a manifestação do Conselheiro Luis Gustavo não abarca o mérito da questão, avaliando que apenas solicita que a Deliberação em vigor seja cumprida. Mostrou preocupação na interrupção do serviço de atendimento pela instituição, e sugeriu que a Ouvidoria Geral publique o edital de abertura das inscrições para Subouvidores na Capital, e se comprometeu em reunir esforços entre os conselheiros para que o processo CSDP 279/12 seja deliberado posteriormente. O Conselheiro Davi Depiné avaliou que o tema abarca não apenas a questão jurídica, mas também a questão política. Considerou que a relação entre as partes foi desgastada por falta de diálogo, e analisou que as discussões deveriam ter a finalidade de tornar o trabalho das Subouvidorias mais efetivo. Apontou que a inobservância da Deliberação significa buscar alterar as regras no curso do processo, mas se sentiu contemplado com a proposta de construção conjunta e consensual. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon agradeceu a presença dos membros do Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral, e celebrou o fato de que ambos os Conselhos serem unânimes quanto à necessidade de diálogo. Relembrou que o caminho do consenso foi apontado pela Ouvidoria, mas se tornou difícil a partir da expedição do primeiro ofício pelo Conselho Superior ao Conselho Consultivo. A Presidente ponderou sobre a postura do Conselho Superior em tornar o cumprimento da deliberação vigente ou aguardar-se duas semanas para a construção coletiva entre os órgãos através do diálogo. O Conselheiro Luciano Alencar manifestou ser necessário, além de criticar a deliberação vigente, apresentar uma proposta concreta. Reiterou que até o momento não há proposta de alteração da deliberação apresentada. O Membro do Conselho Consultivo, Dr. Renato Lima sugeriu apresentar uma proposta após a construção política no dia vinte e um de junho, mas considerou a necessidade diálogo entre os colegiados no dia dezoito de junho. O Conselheiro Luciano Caserta se comprometeu em apresentar no dia vinte e um de junho o seu voto oral quanto ao pedido formulado pelos Conselheiros eleitos. A Conselheira Franciane Marques pediu que as reuniões do Conselho Consultivo fossem mais divulgadas. A Ouvidora Geral informou que as reuniões do Conselho Consultivo estão divulgadas no portal da Ouvidoria e também na página virtual do Conselho Consultivo. A Presidente encaminhou para discussão e aprovou-se por unanimidade a sugestão do Dr. Renato Lima. Na sequência, passaram-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Luciano Caserta solicitou a edição de ato pela Defensoria Pública Geral informando que é facultada aos Defensores Públicos a participação na Comissão Organizadora das Conferências, justificando que a atividade é pontuada para fins de promoção e não acarrete dúvidas para fins de pontuação em certame posterior. O Representante da Apadep, Rafael Português apontou que os Defensores Públicos do Pólo Norte - Oeste atua com uma sobrecarga de trabalho, e indagou a Segunda Subdefensoria sobre quais as providências que serão tomadas, sugerindo que um Conselheiro acompanhasse a questão. O Conselheiro Davi Depiné relatou que a Segunda Subdefensoria está monitorando a nova sistemática do segundo atendimento na Capital, mas apontou a necessidade de reavaliação dos modelos de pólos no momento da próxima expansão. Apontou que a maior dificuldade encontrada no Pólo Norte - Oeste é preencher o quadro de estagiários, apontando que apenas um estudante foi aprovado no último concurso. O Conselheiro Bruno Miragaia solicitou que a Defensoria Geral elaborasse um relatório com os modelos adotados para o segundo atendimento na Capital, a fim de que as informações embasassem a discussão acerca da fixação de atribuições de Defensores, no âmbito do Conselho Superior. O Representante da Apadep, Rafael Português indagou sobre o andamento do pleito formulado pela Apadep acerca da aplicação do subteito constitucional salarial para Defensores Públicos. A Presidente esclareceu que a Assessoria Jurídica da Defensoria Geral emitiu um parecer a respeito, no qual o conteúdo será encaminhado aos membros do Conselho na próxima semana. O Representante da Apadep, Rafael Português indagou também sobre a alteração do regime previdenciário dos novos Defensores Públicos, considerando estar equivocado o parecer da Assessoria Jurídica no qual se manifesta por não computar o tempo de serviço de vínculos anteriores em outras instituições públicas de entes federativos diversos. A Presidente compactuou com o entendimento de que deveriam ser reconhecidos os vínculos prévios em outros entes federativos, mas esclareceu que a SPPREV não compartilha desse entendimento. Sendo assim, considerou que o reconhecimento pela Administração Superior geraria insegurança aos Defensores interessados, podendo



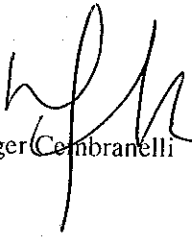
ter dificuldades para o recebimento de pensão por parte da SPPREV. Ponderou que eventuais decisões judiciais que reconheçam o cômputo desse tempo implicarão maior grau de segurança jurídica aos interessados, cabendo a SPPREV reconhecer ou não tais vínculos no âmbito administrativo. O Representante da Apadep, Rafael Português informou que se reuniu em Brasília com Deputados Federais para tratar da derrubada do veto presidencial ao PLP nº 114, que regulamenta a autonomia orçamentária da Defensoria Pública. Informou que tratou também sobre a PEC 247/13, que dispõe sobre a fixação de prazo de oito anos, para que a União, os Estados e o Distrito Federal se organizem para poder contar com Defensores Públicos em todas as unidades jurisdicionais. O Conselheiro Davi Depiné informou que, na última quinta-feira, foram iniciadas as atividades na Unidade de Ferraz de Vasconcellos, e relatou que a Defensoria está instalada em uma sala no Fórum local. Apontou que a atuação dos Defensores abarca infância e juventude, cível e infracional, além do acompanhamento de medidas socioeducativas na cidade de Arujá. Por fim, informou que há um Defensor com atribuição na área cível atuando na área criminal, enquanto a triagem não for estabelecida na cidade. A Presidente informou a existência de agendamento de sessão extraordinária para julgamento de processo administrativo disciplinar de relatoria do Conselheiro Davi Depiné. O Conselheiro Davi Depiné consultou o Colegiado sobre o seu entendimento de se declarar suspeito por ter presidido a sessão de julgamento. A Presidente encaminhou para discussão, e após o Conselho Superior afastou a inviabilização de suspeição de relatoria, e opinou pela designação do Conselheiro Davi Depiné como relator dos autos. A Presidente encaminhou para deliberação a sessão de julgamento para o dia 21 de junho e às 14hs, e aprovou-se por unanimidade. A seguir, deu início a ordem do dia com o processo CSDP nº 204/13 (Excetuado a pauta). Interessada: Renata Flores Tibiriçá. Assunto: Pedido de afastamento para participação como palestrante em audiência pública, nos dias 10 e 18 de junho de 2013. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento sem diárias. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento da interessada. CSDP nº 205/13 (Excetuado a pauta). Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação de Defensores Públicos no curso "Recursos nos Tribunais, módulos II e III", nos dias 14 e 21 de junho de 2013. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator informou que os autos chegaram nesta data, apontando algumas pendências no interior do requerimento, citando a ausência de concordância por parte de Coordenadores e documentos necessários para o afastamento. Ele ainda externou o seu posicionamento de que os inscritos em cursos de aperfeiçoamento sejam designados por ato da Defensoria Pública Geral. A Presidente avaliou a possibilidade de edição de deliberação para que eventos como cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Edepe, não sejam pontuados para fins de promoção, e que nestes casos sejam designados por ato da Defensoria Geral. O Conselheiro Rafael Vernaschi manifestou que o modelo de abertura das inscrições não está de acordo com a normativa vigente, apontando que a Edepe não poderia limitar o número de Defensores por unidade. Avaliou que a reabertura das inscrições deve seguir a deliberação vigente, no qual os sorteados e os novos inscritos sejam reavaliados, e votou em que o processo seja convertido em diligência expedindo-se ofício à Edepe para que se cumpra a Deliberação em vigor. A Conselheira Juliana Saad divergiu do entendimento do Conselheiro Rafael Vernaschi, e pontuou que a deliberação trata de critérios de preenchimento de vagas disponibilizadas, mas entendeu que as vagas podem ser feitas conforme critérios estabelecidos pela Edepe. Sugeriu que as inscrições fossem abertas estipulando a quantidade de vagas por unidade. O Conselheiro Bessa avaliou que o número de integrantes por unidade é desproporcional. O Conselheiro José Moacyr proferiu o seu voto no sentido de: a) converter os autos em diligência para regularização das pendências, b) que a Edepe reabra o prazo para inscrições, devendo os sorteados novamente apresentar o pedido com todos os documentos pertinentes até as 18hs do dia 12/06 c, c) devolução dos autos ao Conselho Superior para homologação dos inscritos, após sorteio. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência, e reabrir as inscrições, determinando-se aos sorteados que reiterem seus pedidos. CSDP nº 065/13. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2013. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta.

Revisor: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. Processo - Interessado: 068/13 - Wladimir Alves Bittencourt. 069/13 - Julio Grostein. 071/13 - Rodrigo Vidal Nitrini. 072/13 - Juliana Saad. 073/13 - Maria Isabel Toledo Del Rio. 074/13 - Mariana Zakia Cavalcanti. 075/13 - Marina Diana Egydio Tedeschi Jardim. 076/13 Fabio Jacyntho Sorge. 077/13 - Renata Simões Stabile Bucceroni. 078/13 - Fernanda Correa da Costa Benjamim. 079/13 - Fabio Mantovan dos Santos. 082/13 - Danielle Cristina Uemura. 083/13 - Eduardo Jacomo Teixeira. 085/13 - Marcos Henrique Caetano do Nascimento. 086/13 - Diogo Cesar Perino. 087/13 - Ricardo Gabriel Gomes Pedreira. 088/13 - Alessandro Valerio Follador. 089/13 - Rodrigo de Almeida Castro. 090/13 - Marta Morena Maluly Cardoso. 092/13 - Renan Oliveira Zanetti. 093/13 - Douglas Tadashi Magami. 094/13 - Rafael Folador Strano. 095/13 - Rafael Galati Sabio. 096/13 - Debora Lopes de Carvalho. 097/13 - Ana Helena Aiba Aguem. 098/13 - Ana Carolina de Paula Machado. 099/13 - Rebeca Barbosa Leite da Freiria. 100/13 - Carlos Eduardo Targino da Silva. 101/13 - Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. 102/13 - Horacio Xavier Franco Neto. 103/13 - Marcia Harumi Kobuti. 104/13 - Silvia Pontes Figueiredo. 105/13 - Mike Luiz Sella da Costa. 107/13 - Roberta Marques Benazzi Villaverde. 108/13 - João Paulo dos Santos. 109/13 - Andre Vicentini Gazal. 110/13 - Flavio de Oliveira Frias. 111/13 - Ricardo Augusto Wiziack Zago. 113/13 - Monica Godano Schlodtmann. 114/13 - Mariana Costa de Paiva Bozo. 115/13 - Viviane Remondes Caruso. 116/13 - Fabiana Demate de Arruda Lemos. 117/13 - Fernanda Caccavali Macedo. 118/13 - Fabricio Keidy Arakaki. 119/13 - Felix Roberto Damas Junior. 120/13 - Marcelli Penedo Delgado Gomes. 121/13 - Vanessa Douradinho da Rocha Volpato. 122/13 - Giuliano D" Andrea. 123/13 - Luiza Ferreira Coelho. 124/13 - Ricardo Fagundes Gouvea. 125/13 - Rodrigo Cesar Jeronymo. 126/13 - Mario Henrique Ditticio. 127/13 - Guilherme Augusto Campos Bedin. 128/13 - Juliana Martins de Carvalho Monnerat. 129/13- Fernanda Tatarí Frazão de Vasconcelos Bressane. 130/13 - Clarissa Portas Baptista da Luz. 131/13 - Augusto Gallego Pereira. 132/13 - Pietro da Silva Estabile. 133/13 - Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. 134/13 - Gustavo Rodrigues Minatel. 135/13 - Carla Pinheiro. 136/13 - Bruno Girade Parise. 137/13 - Veronica dos Santos Sionti. 138/13 - Rodrigo Tadeu Bedoni. 139/13 - Patrick Lemos Cacicedo. 141/13 - Livia Correia Tinoco. 142/13 - Tatiana Aparecida Bordão da Silva. 143/13 - Matheus Assad João. 144/13 - Rene Robson Falcao de Moraes. 145/13 - Rodolfo Marques da Silva. 146/13 - Ana Paula de Souza Campos. 147/13 - Catia Maria Brolazo. 148/13 - Juliana Pascutti Ferreira de Oliveira. 149/13 - Amanda Cavalcante Fervença. 150/13 - Karina Santos Salvador Marzagão. 151/13 - Bernardo Faeda e Silva. 152/13 - Roberta Prestes Abissamra. 153/13 - Lia Ruiz Lourenço. 154/13 - Bruno Bortolucci Baghim. 155/13 - Luciano Castrequini Bufulin. 156/13 - Simone Lavelle Godoy de Oliveira. 157/13 - Lais Rabello Zarus. 158/13 - Rodrigo Emiliano Ferreira. 159/13 - Caio Jesus Granduque Jose. 160/13 - Rosely Galvão Mota. 161/13 - Andre Spilari Bernardi. 162/13 - Juliana Maria Callegari Davansso. 163/13 - Alanderson de Jesus Vidal. 164/13 - Bruno Cesar da Silva. 165/13 - Ricardo Lourenço Dias Ferro. 166/13 - Fernando Catache Borian. 167/13 - Matheus Bortoletto Raddi. 168/13 - Ana Carolina Souza Reis Braga. 171/13 - Silvia Caniver Drago. 172/13 - Adriana Mas Rosa. 173/13 - Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. 174/13 - Fabricio Bueno Viana. 175/13 - Marina Costa Craveiro Silva. 176/13 - Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira. 177/13 - Beatriz Sutti Ferreira. 178/13 - Thiago Santos de Souza. 179/13 - Flavio de Almeida Pontinha. 180/13 - Camila Paronetti Silva. 181/13 - Andrea da Silva Lima. 182/13 - Luciano Pereira de Andrade. 183/13 - Orivaldo de Sousa Ginel Junior. 184/13 - Roseleine Aparecida da Silva. 185/13 - Jonas Zoli Segura. 187/13 - Leandro de Castro Gomes. 188/13 - Joao Guilherme Ponzoni Marcondes. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima relacionados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 061/13. Interessado: Coordenador da Regional de Osasco. Assunto: Pedido de retificação da Deliberação CSDP nº 267/13 (que altera e fixa o número de estagiários de direito). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator proferiu o voto no sentido de deferir o pedido do interessado alterando-se a redação da deliberação. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a retificação, nos termos da Deliberação CSDP nº 273, de 07 de junho de 2013, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto

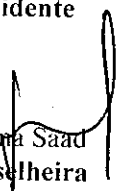
Nascimento. O relator informou que não havia tempo hábil para a reunião entre o relator e a comissão, pedindo novo prazo para retorno dos autos. A Presidente sugeriu quinze dias para retirar o processo de pauta e aprovou-se por unanimidade a prorrogação, nos termos regimentais. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 333ª Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 28 de junho de 2013. CSDP nº 135/11. Interessados: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A Presidente informou a existência de cronograma fixado pelo Conselho Superior e encaminhou para votação a retirada dos autos de pauta, e aprovou-se por unanimidade. Retirado de pauta. CSDP nº 007/12. Interessado: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 121/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar a conversão da licença-prêmio em pecúnia. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A Presidente informou que os autos estavam em posse da assessoria jurídica para aguardar a análise do projeto legislativo, mas relatou que por determinação do Conselho Superior os autos retornaram a pauta para julgamento. Ponderou se não seria o caso de aguardar o julgamento do projeto que tramita no Governo. Encaminhou para votação e aprovou-se postergar o julgamento até a vinda da relatora, prorrogando-se os autos. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 274/12. Interessado: Arthur Soares Pinto Moser. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 134/09, que estabelece regras para a cobrança de honorários de sucumbência arbitrados pela autoridade judicial. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 293/12. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de Deliberação para disciplinar a sistemática dos sorteios no âmbito da instituição. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator informou que as diligências foram concluídas e encaminhou para deliberação do colegiado, mantendo o seu voto inicial. O Conselheiro Davi Depiné manifestou o pedido de vista dos autos. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. Vista concedida ao Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. CSDP nº 296/12. Interessado: Alexandre Pereira Soares. Assunto: Pedido de sugestão à Defensora Pública Geral para expedição de recomendação ao Departamento de Pessoal da instituição, visando o cumprimento das Deliberações CSDP nº 109/08 e CSDP nº 253/12. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 302/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (Regimento Interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 353/12. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 050/07 (que cria e regulamenta a Comissão de Acompanhamento do Estágio Probatório). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 008/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2012). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 028/13. Interessado:

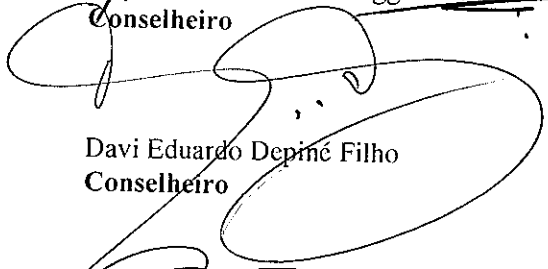
Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública de Taubaté. Assunto: Pedido de afastamento para participar do III Curso de Educação em Direitos "Promotoras Legais Populares de Pindamonhangaba/SP. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 032/13. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de edição de deliberação para disciplinar a sistemática indenizatória das atividades de especial dificuldade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 039/13. Interessado: Fernando Rodolfo Mercês Moris. Assunto: Impugnação ao regulamento do Concurso de Promoção prevista na Deliberação CSDP nº 244/12. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 050/13. Interessado: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 163/10 (que dispõe sobre compensação pela atuação dos Servidores da Defensoria Pública em atividades profissionais aos sábados, domingos e feriados). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 060/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria e Conselho Consultivo. Assunto: Pedido de providências do Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 067/13. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de indicação de Defensor Público para compor o Conselho da Escola da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima Sessão. CSDP nº 080/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2007 a julho de 2010). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 081/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (março de 2012 a agosto de 2012). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta os limites de afastamento em funções e cargos de confiança. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 140/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 169/13. Interessada: Carolina Romani Brancalion. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Itapetininga / Para: Piracicaba). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 186/13. Interessada: Sonia Fontoni. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 189/13. Interessada: Danielle Rinaldi Barbosa. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Santo André / Para: Unidade Santos). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 190/13. Interessado: Vilmar Douglas de Souza Pimenta. Assunto: Pedido de afastamento para participação parcial para cursar a disciplina de estágio curricular do curso de pós-graduação "Especialização em Psicopatologia e Saúde Pública", no período de 01 de outubro a 19 de novembro de 2013. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 195/13. Interessados: Lucas Akira Pasoto Nishikawa e Renata Scandiuzzi da Silveira. Assunto: Pedido de remoção por

permuta. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 196/13. Interessado: Luciano Alencar Negrão Caserta. Assunto: Impugnação ao resultado final do concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2012. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 077/11. Interessado: Thiago de Luna Cury. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos sete dias do mês de junho do ano de 2013.


Daniela Sollberger ~~Cembranelli~~
Presidente

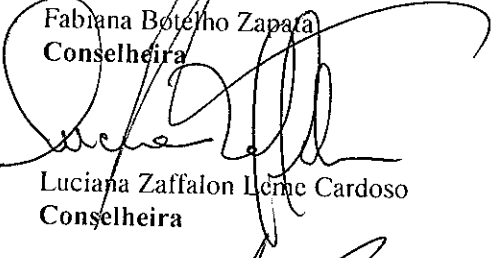

~~Aluisio Iunes Montes Ruggeri Re~~
Conselheiro

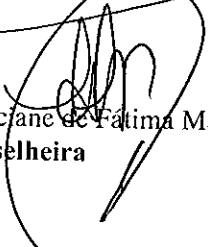

Juliana Saad
Conselheira

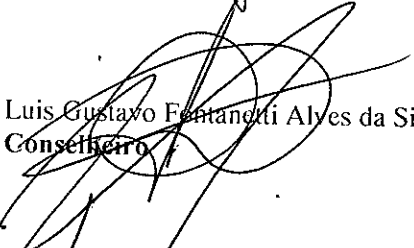

Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro

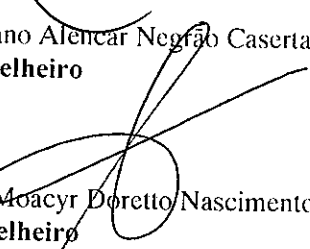

Fabiana Botelho Zapata
Conselheira

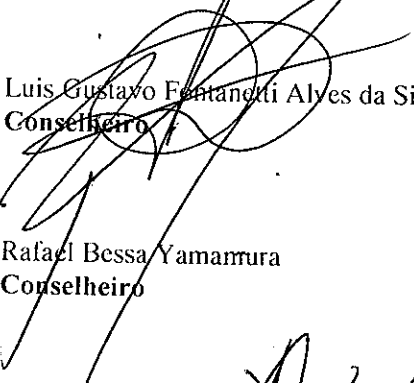

Bruno Ricardo Miragaia de Souza
Conselheiro


Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira

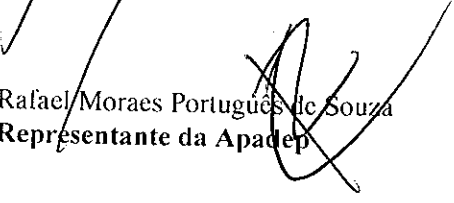

Franciane de Fátima Marques
Conselheira

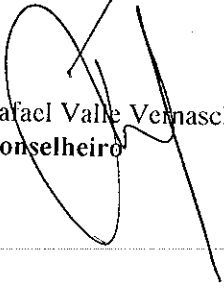

Luis Gustavo Fontanelli Alves da Silva
Conselheiro


Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro


Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro


José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro


Rafael Moraes Portugues de Souza
Representante da Apadep


Rafael Valle Venaschi
Conselheiro